

AS GRANDES REVOLUÇÕES DO SÉCULO XVIII E O ILUMINISMO

SILVA, Odair Vieira¹

RESUMO

O presente artigo tem como escopo proporcionar uma análise histórica das três revoluções que marcaram o século XVIII: a Independência Americana, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial e suas relações com ideais de liberdade e emancipação apregoados pelo Iluminismo. Nessa perspectiva, objetiva-se ainda refletir sobre como os processos de laicização e explicação racional e científica do mundo contribuíram para a constituição de um novo conceito de homem-indivíduo e um novo conceito do Estado e de economia.

Palavras-chave: Iluminismo. Independência Americana. Revolução Francesa. Revolução Industrial

ABSTRACT

This article has the objective to provide a historical analysis of the three revolutions that marked the eighteenth century: the American Independence, the French Revolution and the Industrial Revolution and its ideals relations of freedom and emancipation proclaimed by the Iluminism. In this perspective, the purpose is to further reflect on how the secularization process and rational and scientific explanation of the world contributed to the creation of a new concept of man-individual and a new concept of the State and economy.

Keywords: Illuminism. American Independence. French Revolution. Industrial Revolution

1. INTRODUÇÃO

O século XVIII finaliza os processos de profundas mudanças no campo econômico, político, social e científico iniciados desde o século XVI. Essas mudanças foram demarcadas pelos processos de laicização e pela explicação racional e científica do mundo. Nesse período, as estruturas do pensamento humano passaram a ser alvo de intensas averiguações pelos principais expoentes da filosofia dos séculos XVI a XVIII.

Dentre os principais filósofos desse período podemos destacar René Descartes (1596-1650), Blaise Pascal (1623-1662), Baruch Spinoza (1632-1677), Francis Bacon (1561-1626), Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704), David Hume (1711-1776), Charles-Louis de Secondat, de Montesquieu, conhecido como barão de Montesquieu (1689-1755), Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, marquês de Condorcet (1743-1794), François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694-1778), Denis Diderot (1713-1784), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), Immanuel Kant (1724-1804) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) (STRENGER, 1998).

¹ Doutorando em Educação e Mestre em História e Filosofia da Educação – UNESP – FFC – Marília/SP. Coordenador e Docente do Curso de Pedagogia – FAEF/ACEG – Garça/SP, e-mail: odairvieira@prof.educacao.sp.gov.br.



Nesse artigo, pretende-se refletir sobre como os escritos desses filósofos contribuíram para as mudanças nas concepções de mundo, de sujeito e suas relações com o Estado, fundamentados dos ideais de autonomia e liberdade. Desse modo, a ênfase recairá sobre como essas ideias contribuíram para a consecução das três grandes revoluções do século XVIII, a independência americana, a burguesa e jacobina na França, a econômico-industrial na Inglaterra. 2

2. O ILUMINISMO, A INDEPENDÊNCIA AMERICANA E AS REVOLUÇÕES FRANCESA E INDUSTRIAL

De acordo com Cambi (1999), o século XVIII encerra os processos de Laicização do mundo moderno, possibilitando assim a emancipação das condições de vida, de produção e de concepção de mundo, agora possibilitado pelo viés racional e científico. Segundo o autor, o século XVIII foi marcado por “três revoluções a da independência americana, a burguesa e jacobina na França, a econômico-industrial na Inglaterra” (p. 324). Nessa perspectiva, Odalia (2006) assegura que no século XVIII, muitos dos processos históricos,

[...] cujas origens remontam ao final da Idade Média e início da Idade Moderna (séculos XV e XVI), atingem sua culminância – como a Reforma e a Contra Reforma religiosa ou a destruição do Estado monarquista absoluto. Ao lado desses outros originam e, talvez, o mais importante seja o que dá início ao processo de construção do homem comum como sujeito de direitos civis. (p. 159)

Simultaneamente, se inicia a propagação de ideias em larga escala por meio da imprensa periódica, de livros e panfletos. Emerge um novo conceito de homem-indivíduo e um novo conceito do Estado e de economia. Surge uma sociedade moderna “burguesa, dinâmica, estruturada em torno de muitos centros (econômicos, políticos, culturais, etc.) cada vez mais participativa e inspirada no princípio-valor da liberdade” (CAMBI, 1999, p. 324).

De acordo com Hobsbawm (1977), no final do século XVIII, os velhos regimes europeus passaram por uma série de crises que se manifestavam em contestação contra seus sistemas econômicos e políticos. Essas crises geraram movimentos e revoltas em algumas colônias em busca de maior autonomia, como a secessão americana de 1776. Para Karnal (2006), a revolução americana e a consequente Independência dos Estados Unidos da América



tiveram importantes contribuições para novas concepções sobre política e alterações nos conceitos cidadania e liberdade.

Os conceitos que influenciaram a Independência Americana de 1776 estavam fundamentados nos ideais de autonomia e liberdade. Os separatistas em sua Declaração de Independência denunciavam que o rei da Grã-Bretanha violava os direitos mais gerais de liberdade da colônia americana. Desse modo, os Estados Unidos, privilegiaram a invenção de uma memória histórica para a construção de seu Estado Nacional com base na supremacia dos dogmas puritanos e a liberdade, que “[...] passou a ser constituída como fator de integração nacional e de invenção de um novo Estado” (KARNAL, 2006, p. 140).

A diversidade religiosa sempre foi a marca da colonização da América anglo-saxã. Ao contrário da colonização ibérica da América Latina, que detinha a aliança entre a Igreja e o Estado que de certa forma fortalecia o poder absoluto dos monarcas e domínio colonial. Nos Estados Unidos de acordo com Clark (1994 apud Karnal, 2006) tínhamos o “*anglican nightmare*”, elemento religioso ocorrido a partir da primeira metade do século XVIII, que fez com que houvesse uma explosão de pluralismo na colônia anglo-saxã.

A diversidade interna acentuava a dificuldade de controle e marcava uma ruptura maior com a Inglaterra. A “explosão sectária” do século XVIII e os constantes “reavivamentos espirituais” estabeleceram um liame sólido entre a busca de liberdade política de 1776 e a busca de expressão autônoma religiosa. (CLARK, 1994 apud KARNAL, 2006, p. 141)

Para Karnal (2006) a Independência Americana de 1776, tinha como princípios dois pressupostos fundamentais, a primeira era leitura da memória histórica colonial e a tradição religiosa puritana de liberdade. A segunda tinha como fundamento os escritos do filósofo inglês John Locke. As obras de Locke foram lidas por norte-americanos nas universidades inglesas e serviram de pano de fundo intelectual para o movimento. Na declaração de independência dos Estados Unidos era possível vislumbrar os princípios básicos da obra de Locke, “Segundo Tratado Sobre de Governo: direitos naturais, governo instituído para preservar os direitos naturais, e direito a rebelião” (p. 141).

Afora as contribuições de Locke, a Declaração americana também se fundamenta na *Bill of Rights* da Revolução Gloriosa Inglesa. Os colonos americanos resistiram à coação inglesa por meio de protestos e oposição intelectual, que culminou com a guerra aberta e a Independência dos Estados Unidos. A declaração de independência americana afirmava que



“[...] todos os homens foram criados iguais e dotados pelo Criador de direitos inalienáveis, como a vida, liberdade, busca da felicidade” (KARNAL, 2006, p. 142).

O século XVIII foi um século marcado pelos ideais de liberdade e emancipação, além de uma constante desconfiança em relação ao poder despótico. Desse modo, o sucesso da guerra da Independência dos Estados Unidos e sua repercussão no combate a tirania do Estado e na liberdade individual tiveram uma grande repercussão.

4

A influência e o alcance desse êxito eram surpreendentes. A liberdade norte-americana atingia as outras colônias e inspirava novos movimentos. A própria França, que tanto ajudara na guerra contra a Inglaterra, começava a viver um movimento revolucionário, que teve a influência da guerra na América. (KARNAL, 2006, p. 143).

Desse modo para Hobsbawm (1977), a Guerra da Independência norte-americana pode proclamar-se como “[...] a causa direta da Revolução Francesa” (p.76). Nessa perspectiva, Odalia (2006) ainda assegura que a Independência americana teve influência repercutida no cenário mundial não apenas pela secessão com a Inglaterra. O episódio mais importante foi o fato de vir acompanhada de uma Declaração de Independência que expressava os “[...] ideais do século XVIII: o direito à vida, à liberdade, à felicidade e a igualdade entre os homens” (p. 164). Na França do século XVIII, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, foram às palavras de ordem dos que se rebelaram contra as opressões do Estado absolutista, este século também fora conhecido como século da Ilustração ou do Iluminismo (ODALIA, 2006).

Para Rouanet (1987), a Ilustração foi,

[...] a proposta mais generosa de emancipação jamais oferecida ao gênero humano. Ela acenou ao homem com a possibilidade de construir racionalmente o seu destino, livre da tirania e da superstição. Propôs ideais de paz e tolerância, que até hoje não se realizaram. Mostrou o caminho para que nos libertássemos do reino da necessidade, através do desenvolvimento das forças produtivas. (p. 27)

Esse mesmo autor ainda realiza uma distinção entre os termos Ilustração e Iluminismo, para o ele o termo Ilustração se refere a corrente de ideias que floresceu no século no século XVIII. Já o termo Iluminismo se refere a,

[...] uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder a partir da razão. Nesse sentido, o Iluminismo é uma tendência trans-epocal, que cruza transversalmente a história e que se atualizou na Ilustração, mas não começou com ela, nem se extinguiu no século XVIII. A Ilustração aparece assim como uma importantíssima realização histórica do Iluminismo, certamente a mais prestigiosa, mas não a primeira, nem a última. Antes da Ilustração, houve autores iluministas, como Luciano, Lucrécio e Erasmo; depois dela, autores igualmente iluministas, como Marx, Freud e Adorno. (ROUANET, 1987, p. 28)



Para Silva e Silva (2013), o conceito de Iluminismo foi criado por Kant em 1784, essa conceituação buscava definir a filosofia dominante na Europa do século XVIII. A palavra Iluminismo é derivada Esclarecimento, em alemão *Aufklärung*. Para Kant, o esclarecimento era a condição para que o homem e a humanidade adquirissem autonomia.

Desse modo, o iluminismo foi um movimento de revalorização da atividade intelectual por meio da razão e da difusão do conhecimento científico. Sob esse aspecto, os filósofos iluministas acreditavam que a humanidade estava emergindo de uma era de obscurantismo e de ignorância para um novo tempo iluminado pela razão, pela ciência e pelo respeito à humanidade (STRENGER, 1998).

Segundo Strenger (1998), o Iluminismo exaltava as faculdades da razão e representava o fim da especulação metafísica do século XVII. Cambi (1999) assevera que o iluminismo se caracterizava como um novo arquétipo de “[...] mentalidade e cultura, com sua fé no *sapere aude* e na *raison* como *critique*; com sua oposição à metafísica e seu vínculo estreitíssimo com a ciência e o seu *iter* lógico e experimental” (p. 198).

Para Silva e Silva (2013), o iluminismo não ficou apenas restrito a filosofia, mas abarcou também outras áreas do saber humano e atingiu o continente Americano,

O Iluminismo abarcou a tanto a Filosofia quanto as ciências sociais e naturais, a educação e a tecnologia, desde a França até a Itália, a Escócia e mesmo a Polônia e a América do Norte. Os pensadores e escritores de diversas áreas que aderiram a esse movimento de crítica às ideais estabelecidas pelo Antigo Regime eram chamados comumente de *philosophes*, filósofos em francês, mas entre eles havia também economistas, como Adam Smith, e historiadores como Vico e Gibbons. (p. 210)

Os autores ainda prosseguem ressaltando que os teóricos do Iluminismo não tinham uma corrente de pensamento única e nenhum programa de ideias. Contudo, grande parte “[...] desses pensadores compartilhava algumas ideias em comum: a defesa do pensamento racional, a crítica à autoridade religiosa e ao autoritarismo de qualquer tipo e a oposição ao fanatismo” (SILVA; SILVA, 2013, p. 210).

De acordo Abrão (1999), na França os ideais Iluministas tinham como lema a liberdade, a igualdade e a fraternidade, dentre seus mais importantes formuladores podemos destacar Voltaire, Montesquieu, Diderot e Rousseau. Para a autora, a burguesia francesa se nutriu e se apropriou dos ideais do pensamento Iluminista para realizar a Revolução Francesa de 1789,



pois os revolucionários se utilizavam do pensamento iluminista para legitimar suas práticas. Desse modo, a Revolução Francesa, pode ser analisada como uma revolução burguesa, pois

O movimento teria levado a burguesia ao poder político, a fim de se desembaraçar da monarquia absolutista e do Antigo Regime – que, após ter favorecido a consolidação da posição econômica burguesa, transformou-se em obstáculos a seu livre desenvolvimento. Para isso, a burguesia teria contado com o apoio de outras camadas do “terceiro estado” – camponeses e setores pobres das cidades (os chamados *sans-culottes*) -, além parcelas do clero e da nobreza. (ABRÃO, p. 289-290)

Assim, podemos dizer que a Revolução Francesa foi uma revolução política da burguesia, que no século XVIII, tinha detinha poder econômico, porém estava politicamente excluída no Antigo Regime. Nesse aspecto, a Revolução Francesa eliminou as estruturas do Feudalismo e do Absolutismo estabelecendo uma nova ordem capitalista baseada na ideologia liberal (SILVA; SILVA, 2013).

Para Bobbio (1992), a Revolução Francesa de 1789, representou uma virada na história do gênero humano, pois garantia a liberdade, a igualdade e a soberania popular, derrotando definitivamente o Antigo Regime. O autor ainda descreve o entusiasmo de Kant perante a Revolução Francesa e seu caráter positivo para humanidade, ligado ao

[...] direito de um povo decidir sobre seu próprio destino. Esse direito, segundo Kant, revelara-se pela primeira vez na Revolução Francesa. E esse era o direito de liberdade num dos dois sentidos principais do termo, ou seja, como autodeterminação, como autonomia, como capacidade de legislar para si mesmo, como antítese de toda a forma de poder paterno ou patriarcal, que caracterizara os governos despóticos tradicionais. (p. 86)

Todavia, de acordo com Abrão (1999), a coroação da Revolução Francesa se deu com a consolidação da sociedade burguesa e o desenvolvimento da economia capitalista. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2009), o Iluminismo e a Revolução Francesa, foram responsáveis pela gênese e constituição dos paradigmas de liberdade econômica, de eficiência e igualdade, presentes no liberalismo clássico com John Locke e Adam Smith.

Para Hobsbawm (1977) no século XVIII, floresceu uma forte ideologia de progresso ligada ao clássico liberalismo burguês. Essa ideologia fora alimentada desde os primórdios do século XVII, com a revolução científica e encontrou seus principais expoentes na França e na Inglaterra. Essa ideologia era rigorosamente racionalista e secular, fundamentada principalmente no uso da razão, do conhecimento científico e do controle técnico do homem sobre a natureza. Com relação à filosofia essas tendências se inclinavam,



[...] ao materialismo ou ao empiricismo, que condiziam com uma ideologia que devia suas forças e métodos à ciência, neste caso principalmente a matemática e à física da revolução científica do século XVII. Suas hipóteses gerais sobre o mundo e o homem estavam marcadas por um penetrante individualismo. (HOBSBAWM, 1977, p. 256)

No que tange ao cenário econômico, de acordo com Abrão (1999), na segunda metade do século XVIII, o sistema econômico mundial passa por uma transformação sem precedentes na história da humanidade. Essas transformações iniciaram-se a partir do ano de 1780 na Inglaterra e ficaram conhecidas como Revolução Industrial. No cerne desse processo encontra-se a “[...] introdução de máquinas nas indústrias que acaba simbolizado pela máquina à vapor, inventada pelo escocês James Watt, em 1769” (p. 363). Para Hobsbawm (1977),

[...] pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a “partida para o crescimento autossustentável”. Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham a produção. (p. 44)

Os segmentos econômicos que mais se destacaram na Revolução Industrial inglesa foram o setor têxtil e a indústria de base. As importações de tecidos ingleses a base de algodão aumentaram em dez vezes sua produção entre 1750 e 1769. Na Inglaterra,

[...] a extração de carvão, empregando máquinas a vapor, representa, em 1800, cerca de 90% da produção mundial. A siderurgia e a metalurgia do ferro – essenciais nessa era da maquinaria – desenvolvem-se desde o início do século XVIII, incorporando novas soluções técnicas, como a fundição à base de coque, extraído do carvão mineral, associando intimamente esta indústria ao setor carbonífero. A ferrovia – que teve sua primeira linha regular, entre Liverpool e Manchester, instalada em 1825 – é como a síntese dessas indústrias: não apenas transporta carvão e ferro (além de outras mercadorias e passageiros), como também suas locomotivas, movidas à máquina a vapor, alimentam-se de carvão e são construídas de ferro. (ABRÃO, 1999, p. 364)

Todavia, de acordo com Russell (2004) do ponto de vista humano os primórdios do industrialismo se configuraram em um período de grandes perdas. Na Inglaterra do século XVIII, o processo econômico de social de *enclosure*, que vinha ocorrendo desde a Idade Média, atingiu seu apogeu. Esse processo consistia no fechamento dos campos comunais com o objetivo de ampliar a produção e gerar excedente comercializável. Desse modo, esse processo fez com que um “[...] grande número de camponeses desenraizados se vissem empurrados para



as cidades, em busca de novo meio de vida. Essas pessoas foram absorvidas pelas novas fabricas” (RUSSEL, 2004, p. 420).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8

Pela análise empreendida neste artigo, podemos salientar que o século XVIII operou uma grande transformação econômica, social e política nas sociedades humanas. Neste período, além das grandes revoluções apresentadas se consolidaram as bases do pensamento liberal e da sociedade industrial, criando e reelaborando as bases teóricas e filosóficas do liberalismo, podendo ser citados:

[...] a doutrina da tolerância, com Voltaire, ou das garantias contra o Estado, com Montesquieu (em sua leitura um tanto idealizada do sistema constitucional inglês), ou a idéia de progresso, com Condorcet, ou o papel da ciência no aperfeiçoamento material e moral dos homens com Diderot, ou, em geral, a teoria dos direitos humanos, presente em maior ou menor grau dos principais autores. (ROUNET, 1987, p. 200)

Além desses fatores econômicos, sociais e políticos, podemos dizer que as formulações teóricas desse período provocaram uma intensa revolução cultural devido ao legado dos filósofos iluministas e ao espírito da Revolução Francesa e da Revolução Industrial.

4. REFERENCIAS

ABRÃO, B. S. *Os pensadores: história da filosofia*. São Paulo: São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CAMBI, F. *História da pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KARNAL, L. Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs.). *História da Cidadania*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ODALIA, N. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs.). *História da Cidadania*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 159-169.



ROUANET, S. P. *As razões do Iluminismo*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RUSSELL. B. *História do pensamento ocidental*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SILVA, K. V.; SILVA. M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

STRENGER, I. *História da filosofia*. São Paulo: LTr, 1998

